



**Assessoria Técnica da Comissão de Cultura
da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ**

**Relatório do Encontro com Trabalhadores da Cultura
Região Metropolitana II — Baixada Fluminense
em 10 de maio de 2019**

Compuseram a mesa: Deputado Estadual Eliomar Coelho – presidente da Comissão de Cultura da ALERJ, Vereadora Renata da Telemensagem, presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Nova Iguaçu; Augusto Vargas — Subsecretário de Cultura de Nova Iguaçu; Rogério Rocha — Subsecretário de Cultura de Nova Iguaçu; Miguel Ribeiro — presidente da Fundação Cultural e Educacional de Nova Iguaçu; Arlene de Katendê — Ialorixá e representante do Centro de Integração Social Inzo Ia Nzambi — CISIN e da Liga dos Blocos e Escolas de Samba de Nova Iguaçu - LUBESNI e Maria Célia Silva — representando a Secretaria de Cultura de Japeri.

Presentes da sociedade civil e poder público¹: Bira de Jesus - Terreirão do Samba; Nayla Luciane Cristóvão — gestão administrativa; Charles Monteiro — Assessor de Comunicação; Patrícia Oliveira — Rede Baixada Literária; Allan B. Oliveira — Assessor da Federação de Fanfarras e Bandas do Estado do Rio de Janeiro - FFABERJ; Lino Rocca — Rede Baixada Em Cena; Marquinhos de Oswaldo Cruz - compositor; Luna — Rede Carioca de Rodas de Samba; Doté Genésio Arruda — Candomblé, Nação Jeje Mahi; Nádia M. Santos (Nádia de Oyá) — Ialorixá, Ilê Asé Omo Oyá; Thiago Pastana — Cultura, Nova Iguaçu; Valmor Alves Bastos — Gravadora Abate; Sea Gal Carrara — Assessor de Gabinete; Maria Clara Maciel — Estudante; Sarah dos Santos — Artesã; Vanessa Lima; Adriana Rodrigues — FENIG; Marcelo Cavalcanti — MHC Projetos; Bia Calazans — FENIG; Carlos Henrique; Asseli Faria; Robson Jesus — Sindicato dos Bibliotecários — SINDIB-RJ; Izabella Carolina do M. Pinto — Rede de Bibliotecas Comunitárias Tecendo uma Rede de Leitura; Regiane Silva — Instituto Social Valorizando Vidas; Carlos Eduardo Gomes — Capoeira; Brenda M. Ramos - Nós da Arte; Lucas de S. Macedo - Nós da Arte; Pedro Colombo — Nós da Arte; Elizabeth Gomes — FENIG; Lizandra Cordova — Rede Baixada Literária; Shirley Martins — Projeto Puxando Conversa; Moduan Matus — Literatura; Bianca Pontes - Eventos/Audiovisual; Hermes - Secretaria de Cultura; Marcelo Peregrino — Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu; Aline Nunes — Secretária da Vereadora Renata da Telemensagem; Wildson França — Confraria de Palhaços da Baixada.

Objetivos, pauta e assuntos abordados:

1. Conforme o informado pelo presidente da Comissão de Cultura da ALERJ, Deputado

¹ Não foi possível identificar todos os nomes constantes na lista de presença.

Estadual Eliomar Coelho, o objetivo principal deste primeiro, de uma série de encontros regionais, é ouvir as demandas dos agentes e gestores culturais, visando contribuir para o plano de trabalho da Comissão e de como é possível esta contribuir com os assuntos abordados e especificidades regionais.

A cultura nunca foi valorizada pela maioria dos governantes, pois estes entendem o seu papel: de resistência, de promoção de valores como democracia, soberania, solidariedade, humanização e pertencimento.

Como nordestino, me sinto acolhido aqui na Baixada. Queremos também desmistificar o olhar sobre a região: não devemos olhar só os problemas sociais, mas também a riqueza cultural, as belezas, a dignidade do povo trabalhador e ser berço de inúmeros artistas e manifestações culturais.

E também de fortalecer o Sistema Estadual de Cultura, conforme a Lei nº 035/2015, De modo que, após uma breve abertura, o presidente passou a palavra aos participantes, os quais, resumidamente, abordaram os seguintes assuntos²:

- Necessidade de equalizar os investimentos no setor cultural na região: com uma população de mais de 16 milhões de habitantes não existem equipamentos culturais estaduais na região — todos se concentram na capital.
- Planejar ações de turismo a partir do Patrimônio Cultural, como os casos de Iguassu Velho — Fazenda São Bernardino e Igreja do Pilar, em Tinguá, Guia de Pacobaíba e outras igrejas e monumentos na região. Assim como as ações de turismo ambiental, como a Serra do Vulcão, novamente Tinguá etc.
- Os diversos municípios da região estão em crise — muitos não conseguem pagar os funcionários. Essa crise compromete a capacidade de investimentos, afetando ainda mais a área cultural.
- A necessidade de descentralizar os equipamentos e os investimentos na área cultural e procurar garantir, conforme a Lei nº 7035/2015, que, no mínimo, 60% dos recursos sejam distribuídos para o conjunto de municípios do estado, deixando 40% para a Capital.
- O Theatro Municipal por exemplo, abarca quase 50% do orçamento estadual para o setor, mas tem as suas ações concentradas na Capital.
- Assim como é preciso que a Lei Estadual de Incentivo à Cultura/Lei do ICMS seja, de fato, abrangente a todo o estado e aos pequenos produtores culturais e regionais.
- Solicitação de Audiência Pública sobre a Lei do ICMS e a sua aplicação nas regiões do estado.
- Fundo Estadual de Cultura: é preciso regulamentá-lo e colocá-lo em prática, inclusive para a criação de editais que incluam a Baixada e demais regiões, pois é um mecanismo mais acessível do que a Lei do ICMS.
- A Baixada como um todo e os seus diversos municípios crescem. Cada distrito/bairro é um centro cultural, concentra formas de viver e fazer e também produzem riquezas e recursos. É preciso fazer, também na região, as

² Os assuntos foram resumidos conforme a capacidade de registro manual da assessoria técnica durante o encontro. Observada esta limitação, alguns assuntos não foram totalmente registrados e estão dispostos conforme a ordem de apresentação no encontro. Quando ocorrer mais de uma citação ou abordagem, elas foram agregadas, conservando os pontos divergentes.

relações entre cultura e economia criativa e a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico.

- É preciso reverter o quadro no qual os gestores municipais durante as campanhas eleitorais falam de cultura e esportes como prioridades, mas depois de eleitos o discurso é sempre de que não há recursos. Além disso, são os primeiros setores a terem orçamentos cortados; e o empresariado, que produz, explora e gera poluição (muitas vezes) na região, na hora de utilizar as leis de incentivo à cultura priorizam produções da capital, em vez de olhar para a necessidade de investimentos na área cultural da região. É necessário sensibilizar os dois grupos, poder público e iniciativa privada, sobre o potencial do setor cultural e que a ALERJ ajude a criar mecanismos para que os recursos gerados na região possam ficar nela e incentivar a produção cultural local.
- Solicitação de Audiência Pública convidando autoridades estaduais, inclusive o governador, para pensar o desenvolvimento social e cultural regional e equidade orçamentária.
- A falta de investimentos no setor cultural afeta também o Carnaval. Isso resulta em perda de arrecadação, pois muitos moradores da Baixada procuram outros lugares nessa época que tenham atrativos e festas carnavalescas. Assim como as agremiações são centros culturais, comunitários e formam tecnicamente mão de obra, como aderecistas, costureiras, cenografistas etc. A maioria dos municípios não promovem bailes, desfiles e carnaval de rua. Em Nova Iguaçu existem 22 agremiações filiadas a LUBESNI, mas desde 2015 os desfiles foram cancelados.
- É necessário ter políticas públicas para as maiorias minorizadas socialmente, como mulheres e negros, e segmentos sociais como povos de terreiros, LGBTs, jovens de periferias etc.
- Patrimônio Imaterial: A Lei 6549/2013, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, foi regulamentada pelo Decreto 46.485/2018. Para sua efetivação, é necessária a recomposição do Conselho Estadual de Política Cultural, uma vez que o mesmo é parte da Comissão Estadual de Patrimônio Imaterial. Este, criará todo o regramento afim e posterior encaminhamento para o Conselho Estadual de Tombamento – CET deliberar sobre a solicitação de registro do bem cultural.
- É necessário ter um plano na região, pelo Governo Estadual, para tombamento do patrimônio cultural material e o registro do patrimônio imaterial.
- A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, SECEC, então SEC, criou o Programa de Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro — PADEC, cujo primeiro edital foi bom, descentralizado. Já o segundo foi mais específico e limitador, voltado para patrimônios culturais tombados, o que não contemplava muitos municípios/regiões.
- O já citado CEPC: precisa ser reativado. Ocorreram irregularidades na prorrogação do mandato, que poderiam invalidar decisões tomadas, como a realização da IV Conferência Estadual de Cultura, e depois as eleições, consideradas ilegítimas.
- Ainda sobre o CEPC: na época do então CEC, quando não havia eleições, os conselheiros eram os chamados notáveis, havia jeton para estes. Atualmente os conselheiros, que são pela lei, de todas as regiões, não têm ajuda de custo nem para o deslocamento.
- Estação Ferroviária de Japeri: patrimônio histórico e ícone do município.

Deteriorado há anos, foi reformado. A demanda é que tivesse uma destinação cultural, mas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN decidiu entregá-lo à Supervia, concessionária do serviço de trens, para utilizar em suas operações. Solicitam mediações quanto a este problema.

- Foi proposto que se reveja o horário de reuniões como essa em outras ocasiões, para que sejam feitas no final da tarde/noite.
- Foi apontado que os gestores culturais da região também precisam abrir o diálogo com os agentes culturais da sociedade civil, o que nem sempre acontece.
- Foi solicitado informações e feito proposições sobre a Praça Santos Dumont, em Nova Iguaçu, um tradicional ponto de encontro e espaço de lazer na região central do município e que hoje se encontra degradado, servindo de moradia para população de rua, etc. Foi informado pela Secretaria Municipal de Cultura que já há um projeto para o local, assim como serão inaugurados ainda em 2019 outros equipamentos culturais, praças do Centro Unificado de Cultura e Esportes — CEUs.
- Foi apontada a necessidade de articulação com a área de Segurança Pública, uma vez que a violência urbana é um problema da região e que também afeta a área cultural, seja especificamente para as religiões de matrizes africanas, como abaixo será descrito, assim como na realização de eventos como bailes Funks, rodas de rima, festas de rua, ocupações culturais de logradouros diversos, folias de reis (que não podem fazer suas jornadas de noite/madrugada, como é a tradição dessa manifestação). Diversos bairros e localidades têm criminosos que se apresentam como donos das mesmas, sejam traficantes de drogas, como milicianos, e mais recentemente os chamados policiais de Jesus, que também limitam e reprimem todas as manifestações culturais ou religiosas que consideram impróprias.
- Cultura indígena: é importante resgatar as tradições de tupinambás e outras etnias na região e que a história oficial não registra, mas que estão na base do povoamento regional.
- Casas de Axé: A Baixada Fluminense é um dos berços das religiões de matrizes africanas. Todas as nações de Candomblé, por exemplo, têm casas tradicionais na região, gerando novas casas. Essas casas e terreiros, além das funções religiosas, são também centros culturais, de convivência, comunitários, de assistência e sociais, oferecendo serviços, informações e mediações para a população como um todo, não só para os filhos das mesmas. No entanto, as lideranças e as casas têm sido vítimas de agressões de toda sorte, desde falas, gestos ou atitudes preconceituosas, intolerantes e racistas, até crimes, como agressões, depredações de objetos sagrados e invasões e/ou expulsões dos templos religiosos, inclusive por facções criminosas em acordo com líderes neopentecostais, como tem sido denunciado pelos religiosos aos órgãos de Segurança Pública e a imprensa. Diversas lideranças vêm se reunindo e criaram o Fórum Respeite o Nosso Sagrado e estão convocando a 1ª Caminhada Inter-Religiosa da Baixada Fluminense, em 14 de julho, às 11h, na Via Light, em Nova Iguaçu.
- Foi proposta que a vereadora Renata da Telemensagem apresente à Câmara Municipal de Nova Iguaçu um projeto para criação do Dia das Matrizes Africanas de Nova Iguaçu tendo como referência a data de falecimento de **Mãe Beata de Iemanjá** (Beatriz Moreira Costa) (Cachoeira/BA, 20 de janeiro de 1931 – Nova Iguaçu/RJ, 27

de maio de 2017).